

COMUNICAÇÃO LITERACIA MEDIÁTICA E CIDADANIA

LANÇAMENTO DA CÁTEDRA UNESCO

COORDENAÇÃO
FERNANDA BONACHO
FILIPE BARROCAS LIMA



POLITÉCNICO
DE LISBOA



ESCS

Cátedra UNESCO
Comunicação,
Literacia Mediática
e Cidadania



unesco

Chair

ÍNDICE

Título

Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania:
Lançamento da Cátedra UNESCO

Edição

Instituto Politécnico de Lisboa

Coordenação

Fernanda Bonacho
Filipe Barrocas Lima

Fotografias

Gabcom
Escola Superior de Comunicação Social
Fotografia da capa por Freepik

Textos

Fernanda Bonacho
Filipe Barrocas Lima
João Abreu
Margarida Alpuim
Maria Augusta Babo
Paolo Celot

Performance

Música na Comunidade
Coordenada por Abel Arez
Escola Superior de Educação de Lisboa
Escola Superior de Música de Lisboa

Design Gráfico

Gonçalo Conceição
João Delgado
Miguel Vida-Larga
Rafael Almeida
Orientado por Filipe Barrocas Lima
Unidade Curricular de Comunicação Gráfica
Escola Superior de Comunicação Social
Instituto Politécnico de Lisboa

ISBN

978-972-96009-2-0

DOI

<https://doi.org/10.34629/ipl.sp.ebook.008>

4 O INÍCIO DA NOSSA HISTÓRIA:
INTRODUÇÃO

8 A COMUNICAÇÃO

20 GLOBAL CONNECTION, MEDIA LITERACY,
AND CITIZENSHIP: CAN BIG TECH SERVE
THE COMMON GOOD?

26 A CÁTEDRA

32 GALERIA MÚSICA NA COMUNIDADE

38 O DESIGN ENQUANTO MEDIADOR CULTURAL:
POSFÁCIO

Aprendemos desde cedo que as histórias devem ter princípio, meio e fim.

Este ebook recorda uma data que marca o início da nossa história.

O INÍCIO DA NOSSA HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

No dia 30 de outubro de 2024, pelas 14h30 daquela tarde de outono, mais de 120 pessoas juntaram-se no auditório Vítor Macieira, na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), em Benfica.

Aquele era o dia do lançamento oficial da **Cátedra UNESCO Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania** da ESCS-IPL.

Um projeto único em Portugal que resulta da confiança da UNESCO na ESCS e no IPL para desenvolver iniciativas que podem fazer a diferença naquelas áreas.

Esta Cátedra é também o reconhecimento de todo o trabalho feito no passado pela ESCS-IPL e que trouxe a instituição até ao lugar de referência que ocupa atualmente no jornalismo, audiovisual e multimédia, relações públicas e publicidade e *marketing*. É a continuação de um processo de crescimento que conta agora com um novo estímulo para que se possa chegar ainda mais longe.



André Sendin, Presidente da ESCS

E O FIM?

A meta é, acima de tudo, contribuir para uma sociedade democrática e sustentável que promova o bem-estar coletivo e os direitos humanos.

Para isso, a Cátedra está profundamente comprometida com os seguintes objetivos: promover uma comunicação inclusiva, multicultural e democrática; desenvolver a literacia mediática e da informação; e promover a cidadania ativa e o envolvimento cívico.



Rita Brasil de Brito, Secretária Executiva da Comissão Nacional da UNESCO

A UNESCO distingue projetos que investem na investigação e na reflexão, na educação e partilha de conhecimento, e na criação de pontes entre a academia e as comunidades. Na cerimónia daquele dia ficou claro que é nestas três áreas que a Cátedra da ESCS-IPL quer apostar.

Este ebook procura ser testemunho dos compromissos assumidos no lançamento da Cátedra e registar a riqueza da diversidade vivida naquela tarde.

Na primeira parte do livro, recupera-se o discurso da investigadora Maria Augusta Babo – um texto que, partindo da etimologia das palavras, convida a uma reflexão sobre os sentidos da comunicação, da literacia e da cidadania.

Na segunda parte, Paolo Celot, fundador e diretor da European Association for Viewers Interests (EAVI), apresenta da-

dos reveladores sobre o uso das plataformas digitais e desafia-nos a repensar a cidadania a partir da pergunta “Can Big Tech Serve the Common Good?” (“Podem as Grandes Tecnológicas servir o Bem Comum?”).

Estabelecidas as bases teóricas e estimulado o pensamento crítico, entramos na terceira parte. Fernanda Bonacho e João Abreu, titular e cotitular da Cátedra, ambos docentes da ESCS-IPL, apresentam a Cátedra UNESCO Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania – a sua equipa, o plano de ação e os resultados esperados.

As duas partes seguintes – Galeria e Posfácio – evidenciam o espírito de interdisciplinaridade, cocriação e compromisso com a comunidade que esta Cátedra quer trabalhar.

Na Galeria, celebramos um momento especial: a atuação do projeto Música na Comunidade, fruto da parceria entre a Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) e a Escola Superior de Música de Lisboa (ESML), ambas do IPL. Os alunos surpreenderam o público com uma fusão sensível de vídeo, música e expressão corporal, criado durante uma residência artística dedicada ao tema da liberdade.

Por último, no Posfácio, refletimos sobre o papel do *design* enquanto mediador cultural e contamos como foi a construção deste ebook – um processo colaborativo dos alunos de Relações Públicas e Comunicação Empresarial.

Existe apenas uma Cátedra UNESCO Comunicação, Literacia Mediática e Cida-

nia em Portugal. Mas, ela é – e quer continuar a ser – de toda a gente. Um espaço de encontro, de pensamento e de ação. Um lugar onde o conhecimento se transforma em participação, e a participação em cidadania plena.

Esta Cátedra é – e quer continuar a ser – de todos os professores, estudantes, investigadores, profissionais, cidadãos. Um espaço de encontro entre saberes e práticas, onde se cruzam experiências diversas, se desafiam ideias feitas e se constroem novas formas de olhar, interpretar e intervir no mundo mediático em que vivemos.

É um lugar onde o conhecimento não se encerra em si mesmo, mas se abre ao diálogo, à criatividade e à ação. Onde a literacia mediática deixa de ser apenas um conceito académico e passa a ser



Manuel Matos, Vice-Presidente do IPL

uma ferramenta real de capacitação, de liberdade e de cidadania.

Aqui, acreditamos que comunicar é mais do que informar – é escutar, dialogar, compreender. Que a literacia é mais do que decifrar códigos – é pensar criticamente, agir com responsabilidade e imaginar alternativas. Que a cidadania é mais do que um direito – é uma prática viva, construída todos os dias nas escolas, nas ruas, nas redes, nas comunidades.

A Cátedra UNESCO Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania quer ser esse território comum. Um laboratório aberto, onde se experimenta, se aprende e se transforma. Um projeto coletivo que cresce com todos e para todos, guiado pela convicção de que só com cidadãos informados, críticos e participativos poderemos construir sociedades mais justas, mais inclusivas e verdadeiramente democráticas.

A COMUNICAÇÃO

Pensar a comunicação hoje, na actual configuração medial de que fazem parte decisiva os novos media digitais e parte determinante a Inteligência Artificial, é uma tarefa hercúlea, multifacetada e de cariz transdisciplinar.

Neste quadro, a noção de literacia mediática e um programa que estabeleça as suas bases configuram um projecto de acção a que a Universidade pode e deve responder, com vista à formação da cidadania. Além e aquém do desenho e definição de tal projecto, que pertencerá, a partir de agora, à Escola Superior de Comunicação Social/Instituto Politécnico de Lisboa emprender, dada a honra que impende sobre ela, dada a atribuição desta Cátedra, cabe-me aqui estabelecer alguns dos pré-requisitos para o desenho de tal programa. Pré-requisitos que são mais de natureza interrogativa, questionando os alicerces conceptuais que estruturam o plano a encetar. Ocupar-me-ei, no tempo que me foi dado, da formulação destas questões, que considero prévias à configuração do projecto concreto que os investigadores da Cátedra, encabeçados por Fernanda Bonacho e João Abreu, os quais aproveito para felicitar, levarão a cabo e que poderá permanecer como um espaço entretanto aberto para um pensamento crítico.

Procederei, então, ao questionamento dos próprios termos aqui convocados. Começemos, pois, por uma incursão no

contexto socio-tecnológico em que estamos, mais do que inseridos, imersos.

Vivemos numa ecologia medial, a qual existe independentemente da nossa adesão afecional e intuitiva ou da nossa rejeição fundamentada e racional. Uma ecologia medial é um ambiente de imersão tecnológica onde estamos mergulhados à escala planetária, sem hipótese de posição alternativa, dado que não há fora da economia global. E a economia é também de ordem ambiental, já que ambas – ecologia e economia – derivam de um fundo comum: *oikos* – a casa para os gregos clássicos, espaço onde se trabalhava para providenciar as necessidades básicas da família –, em que a gestão estava subtraída à *polis*. Será a reivindicação da gestão pública e política da casa comum que pode superar a subjugação da condição humana ao capitalismo cognitivo, avassalador, definido por Toni Negri e Vercellone (2008), entre tantos outros pensadores que o denunciaram. Visão disfórica, na medida em que a economia está ao serviço do capitalismo que delapida o próprio ambiente onde tem lugar, provocando, por extracção abusiva e excessiva dos recursos naturais, a própria entrada na era do Antropoceno, termo que designa justamente o efeito predador que o humano exerce nos ecossistemas e recursos terrestres. A *oikonomia* está, portanto, em perigo, dado não articular os recursos naturais com uma ges-

MARIA AUGUSTA BABO

INVESTIGADORA INTEGRADA
ICNOVA - INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO DA NOVA

tão económica que preserve o ambiente. Estas disfunções advêm da indissolúvel relação entre o capitalismo e a técnica, que opera um extracionismo invasivo que delapida o ecossistema, além de produzir, como seu excedente, poluição.

Mas, não fora o sistema abusivo de manipulação dos recursos naturais pela técnica, por si só, esta não seria objecto de receio ou recusa. Convocar as bases da relação do humano à técnica é tomar consciência de que não só essa relação é constitutiva do humano, desde os mais remotos tempos, como em cada era surgem, reiterados, os apocalípticos e os integrados, como lhes chamou Umberto Eco, enumerando as vantagens ou os malefícios da técnica, instaurando uma dicotomia entre, de um lado, os adeptos da técnica, face aos tecno-críticos. A técnica é constitutiva do humano, tal como afirma e demonstra toda uma linhagem de pensadores que, em França, vão desde André Leroy-Gourhan a Simondon e a Stiegler. Trata-se, portanto, na actualidade, de assumir a entrada numa ecologia cognitiva, como é chamada, implicando esta a assunção de uma “mediação técnica” (Latour, 1991) que permita uma sociedade do conhecimento. É em direcção à sociedade do conhecimento que há que avançar, desenvolvendo uma literacia mediática de cariz científico, já que terá os seus efeitos sobre aquela.

O que se entende, então, pela tão propalada literacia mediática? Utilizada nos mais variados campos, da economia à saúde, a literacia é a palavra-chave de todo este programa. Pelo viés da língua

inglesa, esta palavra de origem latina tem na sua raiz mais longínqua a letra – *littera* – a qual inaugura um sistema de marcas verbo-visuais (Christin, 2007: 50). Instaurando os seus códigos de legibilidade, o sistema alfabético veio operar a articulação das unidades gráficas ou grafemáticas “a uma língua de tipo indo-europeu, em que a presença de vogais joga um papel gramatical essencial” (Christin, 2007: 45). A letra materializada no suporte de escrita veio estabelecer a sujeição do sujeito à linguagem. Ela redobra o princípio da simbolização e torna-se a instância de sociabilização, da entrada do sujeito de pleno direito, no corpo político. É através da escrita e só pela escrita que a lei se faz letra e se torna letra da lei, instaurando sociedades configuradas por códigos escritos que prevalecem sobre a gestão pública e a acção política. Aí começa, portanto, a praxis da literacia enquanto tal. No dizer de um dos grandes pensadores da técnica de escrita, Kittler, para os gregos, “as letras (*grammata*) são elementos quantificáveis (*stoicheia*) que estabelecem uma correspondência entre ser e pensar de tal maneira que são consideradas ‘pensamento’” (Kittler, 2011: 11). É também a letra, na escrita, que inaugura o pensamento abstracto, o cálculo numérico, a racionalidade gráfica, como nos mostra o velho mito da invenção da escrita, relatado no *Fedro* de Platão.

Podemos então dizer que as modalidades daquilo a que veio a chamar-se “literacia” derivam do primeiro gesto executado pelo Estado-Nação, ao determinar que os seus cidadãos tivessem uma escolarida-

de obrigatória, acedendo a um primeiro estádio – o da alfabetização. Desse modo, foi proporcionado o acesso da população aos regimes preponderantes da escrita e da leitura, incluindo o cálculo. Poder-se-á, portanto, dizer que o grau zero da literacia corresponde à obtenção da competência de leitor-escrevente (para usar um termo de Barthes), competência que estrutura a escolaridade obrigatória nos estados modernos do Ocidente, e é essa aptidão que faz de cada indivíduo um cidadão. Tal capacidade deixa, no entanto, um resíduo: o analfabeto, e instaura, por outro lado, o fenómeno pós-alfabetização que veio a ser designado por “literacia”. Se se fala hoje de iliteracia no próprio sistema escolar, esta pressupõe já um estádio de alfabetização adquirido. A literacia é, pois, um fenómeno decorrente da alfabetização. Ambas resultam da instauração da escrita-leitura como aptidão constitutiva da cidadania. Trata-se, neste caso, de um fenómeno preocupante que coloca em risco a implementação e consolidação das democracias contemporâneas, uma vez que deparamos com franjas de indivíduos que, tendo sido escolarizados, não são capazes de auferir de um pensamento e de uma consciência plena dos seus deveres e direitos no quadro da sociedade a que pertencem.

A literacia confere então aos indivíduos, através da externalidade do dispositivo, a escrita tal como a vimos definindo, a capacidade de discretizar o mundo (Stiegler, 2004), capturando-o. Trata-se de levar a cabo processos de análise, da aquisição de competências analíticas na visão do mundo. Por seu lado, os pro-

cessos de gramatização estão na base da formação da memória, da amplitude vivencial de temporalidades outras que não o presente, capacidade, por exemplo, de ter um olhar sobre o passado ou de projectar condições e hipóteses num futuro, da possibilidade de tornar a experiência transmissível e transversal aos sujeitos. É pela aquisição de competências de escrita-leitura – a chamada literacia – que é possível usufruir de uma experiência transindividual, que, não sendo da esfera do vivido próprio, se dá, no entanto, a conhecer ao outro, cuja ausência desse tempo e lugar o faria desconhecer por completo tal fenómeno. Só a escrita-leitura permitiram à humanidade tornar acessíveis experiências outras que são conhecidas através do regime externo de herança da escrita e dos escritos, desse legado ao qual, a partir da descoberta da escrita, chamamos “história”. Um outro autor, Sylvain Aroux, citado por Stiegler, vai mesmo a ponto de dizer que o alfabeto, e, portanto, a letra, constitui a “condição tecno-lógica (no sentido em que é sempre já ao mesmo tempo técnica e lógica) de todos os saberes e que começa pela sua exteriorização” (Stiegler, 2004: 111). A escrita é a técnica de registo exterior e cuja permanência permite chegar ao Outro mesmo que não contemporâneo. Foi esse o salto incomensurável que a humanidade deu ao criar os sistemas alfabéticos e passar do presente da oralidade a uma temporalidade alargada e que contempla o não-vivido.

A literacia supera, no entanto, a dimensão técnica da leitura e da escrita. Ela introduz na equação uma outra dimensão

que a letra, ao tornar-se texto, vem exigir: a capacidade de interpretação. Entramos no pleno domínio da linguagem que, se é já, enquanto sistema simbólico, um interpretante, será, enquanto expressão fónica e enquanto marca literal, ela própria, objecto de interpretação. O carácter simbólico da linguagem torna-a um mediador contra-intuitivo, não analógico. Ao contrário dos dispositivos analógicos, como é o caso das imagens visual, auditiva, perceptiva, a linguagem é de natureza simbólica. Opera por conversão, não por similitude. O que se passa na linguagem, e depois na escrita, é que não há nenhuma motivação entre esses regimes simbólicos e aquilo que eles representam. A condição de convenção impera na linguagem tanto oral como escrita, o que instaura uma dissociação absoluta entre o real, o vivido, a experiência e o domínio simbólico. Ao estabelecer uma cisão com os processos analógicos e de contiguidade física, a linguagem aproxima-se do cálculo, da competência algébrica. Encontramos nela a génese dos modelos algébricos e a génese da tradutibilidade em 0/1 que a digitalização electrónica opera e que explicam assim a função de conversor que a linguagem executa. É essa mesma a importância do computador como conversor. Ao transformar quase todos os formatos dos *media* uns nos outros, opera essa função de meta-conversor. É este paradigma de operacionalidade desempenhada pela linguagem que cabe aqui realçar na medida em que ela facultou o próprio desenvolvimento das linguagens numéricas, isto é, do digital.

Lev Manovich (2010: 99), um teórico dos novos *media*, fala de numerização ou digitalização, como uma operação de conversão de diversas formas de antigos *media*, nomeadamente os *media* analógicos, em novos *media* ou *neomedia*, segundo o seu próprio termo, recorrendo a uma “manipulação algorítmica”, que não é mais do que uma operação de conversão ou tradução de um regime num outro. Neste caso, a operação é realizada através, não da linguagem natural, concretizada numa dada língua, mas sim de uma linguagem algorítmica, isto é, matemática. Para este autor, a revolução neomediática suplantou a invenção de Gutenberg, já que ela diz respeito à integralidade da cultura, influenciando toda a comunicação, desde a produção à distribuição, passando pelo armazenamento e manipulação da informação (2010: 86). Já em 2010 considerava ele que os *neomedia* são constituídos por uma convergência de duas trajectórias históricas distintas: a das tecnologias do cálculo e a das tecnologias mediáticas (Manovich, 2010). É esta síntese que opera “a tradução de todos os *media* em dados digitais acessíveis por computador” (Manovich, 2010: 87). Para o autor, esta fusão modifica quer a identidade dos *media* tradicionais quer a do próprio computador (Manovich, 2010: 96). É ela que está na génese da ecologia medial em que estamos imersos, como foi dito atrás.

Ora, se a linguagem é um conversor, ela é, muito além disso, um interpretante de todos os outros regimes semióticos. O que complexifica ainda mais é o facto de ela ser, também, objecto de interpretação.

Quer isto dizer que a linguagem, além destes papéis de conversor e de interpretante, é, enquanto objecto-texto, também ela produtora de sentido e, portanto, sujeita a interpretação. O sentido não pré-existe em nenhum momento nem de nenhum modo. Ele é sempre resultado de uma produção significativa, seja ela qual for. E, tal como o definiu Umberto Eco, o sentido exige escolhas, uma elaboração, portanto. Exige, para o próprio modelo peirciano de semiótica, um intérprete, um sujeito capaz de interpretar. O sentido resulta, pois, de processos de interpretação que não são outra coisa senão tomadas de decisão interpretativa, por exemplo, aquando da existência de ambiguidades, de ambivalências, de polissemias que a linguagem natural, na sua discursividade, sempre inclui. É que há sempre uma margem de indeterminação nos enunciados naturais. O intérprete, no acto que desenvolve de interpretação, deve ler a letra do texto para, de seguida, explorar-lhe as dimensões semióticas, as escolhas possíveis, a detecção dos sentidos múltiplos, dos regimes paradoxais, tais como a ironia, etc. Ora, a literacia, no sentido forte do termo, designa justamente este carácter interpretativo de elaboração do sentido, que pode ser entendido como um acto cognitivo de transposição ou tradução, mesmo no interior da mesma língua, dando origem a enunciados segundos que parafraseiam os enunciados primeiros. Na verdade, interpretar está já dentro do regime textual, é transpor, de um texto de origem para um texto de chegada, através da paráfrase, da replicação, da expansão do dito, da decomposição e

recomposição do texto e da narração. A literacia não se reduz, portanto, à simples aptidão para executar operações de decodificação de anteriores codificações, como a engenharia da comunicação o fez crer, mas, muito além disso, envolve a aquisição de mecanismos textuais que permitam a leitura de um qualquer texto; uma hermenêutica que se socorre, como é sabido, de processos de explicação e de compreensão com vista à interpretação global do sentido. É o que somos chamados a fazer ao ler e interpretar um texto, aqui até no seu sentido mais alargado, isto é: imagem, trecho musical, etc. A iliteracia imagética, digamos assim, é resultado já de uma iliteracia textual que se repercute noutros regimes semióticos, como o cinema, por exemplo.

Enunciando o regime da literacia que a tradição legítima, no quadro dos processos articulados de explicação e compreensão de texto, apontamos desde já para uma elaboração de sentido, no âmbito da linguagem e não tanto dependente dos dispositivos técnicos ou tecnológicos onde a mensagem se inscreve. A linguagem é o conversor universal, use ela que língua usar. O mesmo é dizer, dos outros regimes semióticos existentes no ciberespaço: quer se trate de som ou de imagem, de multimédia, a linguagem será sempre o interpretante último, com vista à formação de sentido. A literacia é, portanto, basicamente da ordem da linguagem e de natureza escritural.

Ora, o aparecimento do termo “literacia digital”, da autoria de Paul Gilster, remete para uma “extensão lógica da própria li-

teracia da mesma forma que o hipertexto é uma extensão da experiência de leitura tradicional” (1997: 230). É de salientar que esta formulação expande a aplicação do termo “literacia” sem lhe mudar a intensão. A literacia digital é, então: “a habilidade de entender e utilizar a informação de múltiplos formatos e proveniente de diversas fontes quando apresentada por meio de computadores” (1997: 1).

Se devemos conceber uma literacia propriamente tecnológica, da qual certas faixas da população se vêm excluídas, sabemos, contudo, que a literacia digital excede a própria capacidade de manipulação dos dispositivos tecnológicos ao dispor. Ela pressupõe, em geral, habilidades motoras, a destreza, habilidades cognitivas, o entendimento dos processos, habilidades sociais, a própria inscrição e formação de comunidades digitais, e, não menos importante que estas, habilidades de tipo afecional que dizem respeito à própria relação emotiva que se estabelece entre utilizador e dispositivo. O utilizador está imerso no dispositivo, envolvendo nele não só as habilidades cognitivas, mas também todos os sentidos e as formas de sentir.

Tal concepção alarga o âmbito da literacia a outras qualidades ou competências que, se por um lado dizem respeito à própria tecnicidade dos dispositivos, incidem, no entanto, nos componentes interpretativos e emotivos configuradores de uma subjectividade trabalhada, isto é, aquela que alia a dimensão cognitiva à dimensão emocional. Nessa medida, ao contrário de olharmos as tecnologias me-

diáticas como perigos constantes a que os indivíduos estão votados, talvez devamos encará-las como mediadores incontornáveis da nossa percepção do mundo, mediadores de experiência (Cruz, 2011: 73), tal como o foram, até hoje, inquestionavelmente, o livro, o registo musical e de imagem, o telefone, etc. O digital é um novo mediador que configura as sociedades contemporâneas sem hipótese de se lhe escapar. Nem haveria como tal; desde que um entendimento amadurecido e responsável presida à sua mais do que utilização, já não se trata de uma prótese, imersão.

Estudos levados a cabo na União Europeia (UE) mostram como a competência dos jovens não demonstra problemas ao nível dos dispositivos tecnológicos usados, mas, antes, ao nível da compreensão dos conteúdos veiculados: “os jovens europeus passam o teste em termos de habilidades/skills em tecnologia digital, mas falham na leitura crítica dos conteúdos”¹. Daí a conclusão de que a escola não deveria estar focada unicamente na preparação tecnológica, mas sobretudo no pensamento crítico, na detecção de *fake news* e identidades *online*. Mas não se trata de operar uma separação entre conteúdos e dispositivos. O que há que entender é esta nova ecologia que molda a percepção do mundo e traz outro tipo de envolvência: interactiva, em comunidade participativa, em acção. Muniz Sodré, a referência brasileira na área da comunicação, propõe: “uma forma pe-

¹ Cf. Projecto ‘EduMediaTest’, cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do programa ‘Media Literacy for All’.

dagógica realmente nova visaria de fato a recomposição da experiência comunitária em face da fragmentação social provocada pela divisão do trabalho, pela especialização das funções e pela abstracção crescente do discurso científico” (2012: 227).

Urge às Humanidades desenvolverem e cuidarem do pensamento crítico, que envolve uma dimensão analítica e reflexiva, mas também a criatividade e a emotividade, trabalhadas no âmbito da experiência; já que não há verdadeira aquisição cognitiva que não vá a par da inteligência emocional. A reflexão age sobre a emoção, distancia, elabora por sobre a experiência imediata e perceptiva. Uma forma de a repensar, a essa reflexão, será alargá-la, como pensamento crítico, às ditas ciências duras, esbatendo a cesura que coloca produção científica e tecnológica de um lado, e ciências do espírito do outro.

Apesar das constatações efectivas acerca da literacia mediática dos jovens, será apressado daí concluir a ignorância ou inconsciência de tais usuários. Não há que fazer tábua rasa das prerrogativas dessa faixa etária (muitas vezes já objecto de cesura entre estratos sociais) operando uma oposição entre a instância suposta saber – a Escola – e os ignorantes – os jovens. É ainda Muniz Sodré quem alerta para a predominância da atenção dada pela Escola à dimensão explicativa da compreensão em detrimento da dimensão implicativa. Assim, diz ele: “Predominando a dimensão implicativa, não se permanece no mero entendimen-

to cerebral, mas numa forma ativa de compreensão, que implica uma concreta atuação subjetiva, ou seja, uma prática por parte do leitor” (Sodré, 2012: 208).

Na verdade, um olhar mais atento detecta, nessa massa de utilizadores, fenómenos de criatividade, de contracultura, de produções artísticas a que é preciso dar atenção. Daí que possamos falar ainda de dimensão aplicativa ou executante da interpretação, na linha hermenêutica de Gadamer, por exemplo. Um dos equívocos da instituição escolar é o de pressupor o outro como ignorante. Justamente, a dimensão aplicativa vem colocar a descoberto formas conjuntas de fazer, que o suposto ignorante tem a revelar, participando no processo comum de descoberta e de criação.

Do recurso a alguns resultados de trabalhos de campo, no quadro de alguns países europeus (Eshet-Alkalai e Amichai-Hamburger, 2004) pode-se inferir que o papel das tecnologias do conhecimento na formação de uma subjectividade visando a constituição da cidadania é imprescindível. O conhecimento aparece, assim, como uma dimensão fundamental da sociedade digital. E, ao contrário do expectável, as ciências humanas ganham um papel relevante na produção e constituição de subjectividades críticas, com ferramentas capazes de desmontar as múltiplas manifestações discursivas, a sua fiabilidade e os regimes discursivos em que se inserem. Ao dispor, possuem dispositivos inéditos até então, como as tecnologias interactivas, ferramentas que possibilitam a partilha de conhecimento

e, mais, a própria produção de conhecimento colaborativo. Na verdade, é o novo ambiente medial que vem inverter ou deslocar a hierarquização dos sujeitos no âmbito da produção de conhecimentos e integrar os próprios cidadãos como participantes na construção dos conteúdos científicos. Prova disso é dada pela novíssima experiência no quadro das humanidades digitais daquilo que começa a ser conhecido pelo termo “ciência cidadã”.

Desafio que se coloca hoje à academia, o de envolver os próprios cidadãos, como forma de extensão do saber, por um lado, mas, sobretudo, como forma de colaboração recíproca, revolucionando as estratégias científicas, do ponto de vista epistemológico, mas ainda, ontológico e cívico. Isto é, trabalhar com as comunidades será, não propriamente fazer delas ignorantes, como vimos atrás, tão pouco objecto de estudo, numa posição de objectualização, como até aqui praticavam certas áreas das ciências sociais, mas, antes, aproveitar o *apport* experiencial e vivencial dos sujeitos implicados e das comunidades envolvidas no sentido de fazer avançar, em conjunto, de uma forma colaborativa, as posições e construções científicas.

A ciência cidadã emerge, portanto, desta nova ecologia digital (Cruz e Babo, 2024) e não ao arrepio dela. É a própria configuração em rede, a possibilidade do espaço virtual como ultrapassagem do espaço geográfico, que possibilita o desenvolvimento de projectos colaborativos des-hierarquizados onde o saber é produção conjunta. No entanto, ela só pode fazer

caminho no quadro do desenvolvimento seguro das literacias, quer medial quer científica e crítica, aliando à competência tecnológica as dimensões, emotiva, experiencial e criativa.

Porém, esta posição de abertura da universidade ao exterior de si, cruzando projectos técnico-científicos com os cidadãos, não pode, sob pena de reproduzir os fossos políticos de exclusão, lidar com o cidadão como se ele fosse, *per se*, uma categoria abrangente de todo o humano.

Entrarei agora na discussão do último termo do projecto desta Cátedra. O conceito de cidadania. Este conceito é complexo, já sedimentado de significados pela história Ocidental. O cidadão pertence à *civitas*, está integrado, tem direito de inclusão e tem deveres. Mas não coincide com todo e qualquer ser humano, não abrange a humanidade na sua indistinção máxima: a do qualquer um. Dado que exclui, por aí mesmo, os condenados à “vida-nua”, tal como ela foi formulada pelo pensador italiano contemporâneo Giorgio Agamben. Enquanto o cidadão é um sujeito de direito, a vida-nua inscreve o indivíduo na total dependência do soberano. É uma vida sem valor, dado que sobre ela pende o poder de morte. Poderíamos concluir que os súbditos passaram a ter uma vida digna com a emergência dos estados modernos e que, portanto, o estatuto de cidadão releva de um estágio ulterior da sociedade. O cidadão inscreve-se num conjunto de direitos jurídico-políticos do Estado-Nação (Agamben, 2002: 31). Quer isto dizer, seguindo o raciocínio de Agamben, que os Direitos Humanos lhe

são atribuídos na sua qualidade de cidadão, enquanto cidadão (2002: 32). A cidadania resulta, então, numa segunda natureza do humano, em que natividade e nacionalidade tendem a coincidir. Ora, como considera ainda o filósofo, os Estados industrializados, ou, segundo alguns (Stiegler, 2004), hiperindustrializados, estão confrontados hoje com “uma massa estável de residentes não cidadãos” (Agamben, 2002: 34).

Dizer que não há democracia à margem da cidadania é partir de um pressuposto que tem de ser questionado, o do estatuto de cidadão nas nossas sociedades onde proliferam as migrações, os êxodos, e também as escravizações fruto de uma industrialização desenfreada, etc. A cidadania é já um recorte decorrente de um poder legiferante sobre a vida-nua. À margem, nas franjas das nossas sociedades ditas civilizadas, estão esses não-sujeitos condenados à tal vida-nua: os excluídos do estatuto de cidadão pela falta ou ausência de identificação, pela clandestinidade, pela língua, etc. É que a cidadania emerge, como muito claramente explica Agamben (2002), como um atributo resultante da nascença, isto é, da nação, para todo aquele que se inclui no Estado-Nação desde que nasce. O cidadão, portanto, é uma condição, um atributo, um privilégio que supera a vida-nua, natural, dos seres humanos, mas não de todos os existentes à face da terra. Um estudo em Ciências Sociais, dirigido por T. Hammar (*apud* Agamben, 2002: 34), definiu, por oposição aos *citizens*, os *denizens* – os *incidadãos* – que, no entanto, desaguam nos territórios dos

países europeus, fugindo de uma multiplicidade de indizíveis horrores que lhe estão cravados nos olhos e na memória. Para esses, como sabemos, não há cidadania, e muito menos literacia. Os campos de refugiados às portas da UE são campos que condenam a essa vida-nua, por ausência de liberdade e de dignidade. As políticas de literacia ignoram-nos, mesmo quando a viverem e a trabalharem clandestinamente no seio do território da UE, contribuindo para a produtividade desse mesmo território.

Uma palavra para a língua dos países de chegada que se torna, muitas vezes, língua dominante e não língua de acolhimento. Desenhar uma política do multilinguismo é conferir a cada língua de imigração a dignidade que ela merece. Privar um indivíduo da sua língua materna é retirar-lhe a condição de sujeito que determinada língua lhe concedeu. Tal não prescinde da aprendizagem da língua do país de acolhimento, mas necessitaria de uma atenção, uma política de dignificação e, portanto, de escolarização, na língua natal ou nativa. A prática da tradução toma aqui uma dimensão política, uma política do multilinguismo como forma de integração intercultural, mas não é suficiente, dado que não chega, justamente, àqueles que dela mais precisam, cuja escolaridade é deficitária ou inexistente. Todo o país de acolhimento, nomeadamente europeu, ficaria enriquecido e não prejudicado pela integração daqueles a quem o estatuto de cidadão modificará a vida e pelo acesso desses, então, co-cidadãos, ao ensino da sua língua de origem. O reconhecimento pelo

país de acolhimento desse multilinguismo, a simples identificação da língua outra pelos cidadãos europeus seria já uma via aberta para o combate às xenofobias e ao racismo.

Não há sociedade democrática se houver exclusão dos sujeitos, nela residentes, a uma língua de comunicação. O multilinguismo é a única forma justa de inclusão social. Dar a cada língua o estatuto de dignidade que ela merece. Não há línguas pobres em mundo face a línguas ricas em mundo. O diálogo intercultural é a única política possível para podermos falar de sociedades inclusivas. A literacia, portanto, não deve situar-se nessa linha de exclusão linguística. Hoje, o avanço da tradução automática é mais uma tecnologia que deverá estar ao serviço da integração, da inclusão do Outro. Se para os gregos na Antiguidade bárbara era aquele que não falava nem entendia a mesma língua, é inadmissível que seja, na actualidade, esta ainda uma forma de exclusão social.

Na verdade, quando colocamos o cidadão como alvo da literacia, sem nos apercebermos, esse recorte releva de uma exclusão dupla, já que exclui do acesso à literacia aqueles que estão antecipadamente rejeitados, quer do acesso à língua dominante, quer do acesso à cidadania – refugiados, apátridas, sem-papéis, imigrantes – toda uma população que, dadas as circunstâncias geopolíticas e ecológicas contemporâneas (o aquecimento global, por exemplo), engrossam as fileiras dos deslocados.

Tal como na antiga democracia grega, as nossas democracias contemporâneas formam-se no recorte de excluídos que, no espaço global e virtual do digital, há que integrar. É justamente aí, nessa dimensão inclusiva e virtual, que é possível estender a literacia àqueles que pretendem legitimamente aceder à cidadania: a uma vida-digna. É também a esses que a literacia deve chegar como forma de os trazer à comunidade. De os emancipar. Termino com Rancière quando refere a emancipação como o acto “de sair da condição a que se estava votado” (2022: 92).

E deixo aqui a sugestão: que este projecto para a literacia mediática tenha como horizonte a emancipação dos indivíduos, que o mesmo é dizer que seja a ferramenta para o seu processo de subjectivação. Tornar qualquer indivíduo sujeito de pleno direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, G., 2002, *Moyens sans fins*, Paris: Payot & Rivages.
- Bragança de Miranda, J. A., 2021, “A constelação técnica, para uma crítica da essência da técnica em Heidegger”, in Manuel Bogalheiro (org.), *Crítica das Mediações Totais*, Lisboa: Documenta, pp.149-181.
- Christin, A.-M., 2007, “La lettre et l’image – nouvelles approches”, in *Textuel* No. 54 – *Figures de l’alphabet*, Paris: Université Paris Diderot.
- Cruz, M. T., 2011, “A ideologia da interactividade: para uma crítica da economia estética”, in Maria Teresa Cruz (org.), *Novos Media Novas Práticas*, Lisboa: Vega.
- Cruz, M. T. e Babo, M. A., 2024, “Ciência cidadã: um modo de ativismo?”, in Isabel Babo (org.), *Ativismos*, Lisboa: Documenta.
- EduMediaTest, 2022, *Recommendations regarding Media Literacy in Education Based on the EduMediaTest Project Results* (Grant Agreement No. Connect /2019/4222166), disponível em https://www.ekkomed.gr/wp-content/uploads/2022/12/Edumediatest_Recommendations.pdf
- Eshet-Alkalai, Y. e Amichai-Hamburger, Y., 2004, “Experiments in Digital Literacy”, in *Cyberpsychology & behavior: the impact of the Internet, multimedia and virtual reality on behavior and society*, Vol. 7, No. 4, pp. 421-9.
- Gilster, P. 1997, *Digital Literacy*, NC State University, Raleigh: John Wiley & Sons.
- Hammar, T., 1990, “Democracy and the Nation State: Aliens, Denizens and Citizens in a World of International Migration”, in *Research in Ethnic Relations Series*, Vol. 9, No. 3, pp. 63-65.
- Kittler, F., 2011, “Técnicas artísticas”, in Maria Teresa Cruz (org.), *Novos Media Novas Práticas*, Lisboa: Vega.
- Latour, B. 1991, “Technology is society made durable”, in *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*, London: Ed. Law J Routledge.
- Manovich, L., 2010, *Le Langage des nouveaux médias* (trad.), Dijon: Les Presses du Réel.
- Negri, T. e Vercellone, C., 2008, “The Capital/Labor Relationship in Cognitive Capitalism”, in *Multitudes*, 32, pp. 39-50.
- Rancière, J., 2009, *Le maître ignorant – Cinq leçons sur l’émancipation intellectuelle*, Paris: Fayard, col. 10/18.
- Rancière, J., 2022, *Penser l’émancipation – dialogue avec Aliocha Wald Lasowski*, La Tour-d’Aigues: Éditions de l’Aube.
- Sodré, M., 2012, *Reinventando a Educação – Diversidade, Descolonização e Redes*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Stiegler, B., 2004, *De la misère symbolique – 1. L’époque hyperindustrielle*, Paris: Galilée.

GLOBAL CONNECTION, MEDIA LITERACY, AND CITIZENSHIP: CAN BIG TECH SERVE THE COMMON GOOD?

Paolo Celot delivered a multilayered presentation, which provided insights into the relationship between Big Tech, media literacy, and digital citizenship, addressing the crucial question of whether the functioning of big tech companies is aligned with the public interest. Paolo's presentation unfolded through four key thematic areas: the role and work of EAVI, Big Tech's influence on internet traffic and personal data, corporate ownership and accountability, and policy and regulation efforts in the European Union (EU) and beyond.

1. WHAT EAVI IS DOING

EAVI's foundational mission is to promote media literacy and informed civic engagement through its network of individuals and organisations across Europe. By contributing to European media literacy policy as the first organisation to work on media literacy on a European level, EAVI not only participates in but also coordinates some EU projects.

The association's advocacy work at the EU level is demonstrated by EAVI's involvement in key initiatives and confer-

ences. For example, EAVI is the media literacy coordinator for the European Festival of Journalism and Media Literacy – Voices, whose first two editions were consecutively held in Florence in 2024 and in Zagreb in 2025 and brought together more than 2500 participants in six full days. This kind of engagement reflects the organisation's commitment to creating spaces where educators, policy-makers, and citizens can engage critically with digital media.

EAVI's significant research and publishing efforts is reflected in some of the recent publications, such as "Empowering Parents in the Digital Age" and "How to Become a Media Literacy Coach?" – resources intended to build media literacy skills of citizens directly.

Moreover, EAVI maintains an active digital presence, engaging the public through its website, social media articles, and global campaigns. A recent EAVI Digital Wellbeing Campaign successfully reached over half a million people globally in just one year by exemplifying EAVI's effectiveness in raising awareness around digital mindfulness and healthy media habits.



PAOLO CELOT

FOUNDER AND DIRECTOR OF THE EUROPEAN
ASSOCIATION FOR VIEWERS INTERESTS (EAVI)

2. BIG TECH AND INTERNET TRAFFIC

Big Tech holds an immense control over global internet usage. Data from the Sandvine's 2024 Global Internet Phenomena Report show that 8 major tech companies command approximately 70% of all global internet traffic. Only a few companies – Meta, Google (Alphabet), Amazon, Apple, Microsoft, and others – significantly impact what billions of people see, think, and believe through their carefully designed algorithms within their platforms.

To engage the audience directly, Paolo launched a Slido poll asking: “What is the operating system of your phone?” Among 101 responses, a staggering 99% reported using either Apple iOS or Android. This live data aligned with a broader statistic Paolo shared – 99.3% of smartphones globally run on just these two operating systems – demonstrating the duopoly's explicit dominance and influence on global users.

The concern isn't necessarily about malevolent intentions by these companies but about the fact that these companies hold an enormous unchecked power in shaping societal norms, tendencies, and daily habits. This level of influence should arouse critical reflection and awareness among digital citizens.

3. WHO OWNS WHAT YOU ARE USING EVERY DAY?

Building on the conversation about monopolisation, Paolo posed another ques-

tion via Slido: “Which digital service are you using the most every day?” The majority of responses pointed to social media platforms by confirming their central role in people's daily lives, functioning as important information sources.

The EAVI infographic “Who owns what you are using every day?” maps out the global digital ecosystem and reveals that a handful of corporations – Meta, Google, Microsoft, Apple, and Amazon – collectively reach over 30 billion users. Their combined market value surpasses \$1.5 trillion, which affirms their disproportionate concentration of digital influence.

An analysis of corporate tax data, exposes significant disparities between company revenues and tax contributions:

Amazon: Earned €53 billion in Europe in 2022 and paid no corporate tax.

Facebook: Made €40.6 billion in 2020 in Europe but paid only €266.3 million in taxes – just 0.656% of its revenue.

Microsoft: Earned \$64.37 billion globally in 2023 and paid only \$3 billion (4.66%).

Apple & Alphabet: also reported global revenues in the hundreds of billions, with taxes paid falling well below standard national tax rates.

In contrast to ordinary citizens, who often pay up to a third or half of their income in taxes, this corporate tax avoidance reflects a structural imbalance. These

companies, whose platforms rely heavily on user-generated content, do not pay content creators directly, nor do they take responsibility for harmful or false content on their platforms.

Furthermore, the lack of enforceable rules and regulations is evident in the prevalence of these companies' profit-driven algorithms that promote excessive screen time, misinformation, and social polarisation.

EAVI's Media Literacy Competences Framework covers necessary media literacy skills for citizens. This model emphasises:

- 1. Environmental Factors:** Including educational systems, media policies, and civil society infrastructure;
- 2. Technical Skills:** Access to equipment, software, and fundamental digital competencies;
- 3. Critical Understanding:** Cognitive tools such as evaluation, analysis, and interpretation of media messages;
- 4. Participation Skills:** The ability to actively and responsibly share and create digital content.

This model serves as a roadmap for empowering informed, critical, and ethical digital citizens.

WHAT ABOUT THE EU?

Policy and Regulation

The final section is dedicated to the **regulatory landscape**, particularly within the EU. Given Big Tech's dominance and societal impact, there is a strong case for enhanced regulation at both national and European levels.

Major legislative initiatives are:

The Artificial Intelligence Act

The Digital Services Act

The European Media Freedom Act

The Code of Practice on Disinformation

Each of these frameworks aims to increase transparency, protect citizens' rights, and hold digital platforms accountable for their actions.

Significant EU legal actions have been taken, including the European Commission's €2.7 billion fine on Google for breaching market competition and information access rights, and the Court of Justice's €14.3 billion fine on Apple for tax violations. These rulings serve not just punitive functions but also raise public awareness about ethical business practices.

Finally, looking beyond Europe, global efforts can be highlighted, such as the United Nations' Pact for the Future, Global Digital Compact, and Declarations on Future Generations, released in September 2024. These initiatives, for the first time, explicitly recognise media literacy as a global commitment, as follows:

“We commit, by 2030, to: (a) Design and roll out digital media and information literacy curricula to ensure that all users have the skills and knowledge to safely and critically interact with content and with information providers and to enhance resilience against the harmful impacts of misinformation and disinformation.”

This inclusion signals a growing international consensus on the vital role of media literacy in building resilient, informed, and democratic societies.

CONCLUSION

This presentation is in itself a call for action as it lays out the stakes of the current digital landscape, by demonstrating how Big Tech’s unprecedented influence, that is paired with minimal accountability, poses challenges to democratic citizenship and public interest. Through EAVI’s advocacy and activities, it is possible to build a constructive pathway to confront these challenges – emphasizing regulation, education, and civic empowerment.

Paolo ended its presentation on a hopeful note by urging citizens, educators, and policymakers to take an active role in shaping the digital future, which should be guided by ethics, equity, and informed participation.

A CÁTEDRA

A Semana Mundial da Literacia Mediática e da Informação, promovida pela UNESCO, é um evento anual que decorre de 24 a 31 de outubro para sensibilizar e celebrar os progressos alcançados pela literacia mediática. Durante esta semana, todas as instituições do mundo interessadas nesta temática organizam eventos neste âmbito.

É no âmbito da edição deste ano que organizamos este momento de lançamento da **Cátedra Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania**.

Partilhamos os objetivos da Semana Mundial da Literacia Mediática 2024, que alerta para a responsabilidade de todos na partilha de informação, mas também para as questões de segurança na navegação das plataformas digitais. A campanha #PostWithCare (“Publica Com Cuidado”, numa tradução livre), lançada na semana passada pela UNESCO, incentiva os utilizadores das redes sociais e, em particular, os criadores de conteúdos digitais de todo o mundo a pensar criticamente e com responsabilidade sobre a sua presença online.

Em janeiro deste ano, o Fórum Económico Mundial publicou um relatório que identificava os 10 principais riscos do mundo nos próximos dois anos, e também nos próximos dez.

Os resultados destacam a desinformação, as alterações climáticas, a polariza-

ção social e a insegurança digital como alguns dos principais receios. Ou seja, de acordo com os dados disponíveis, o que temos é uma perspetiva predominantemente negativa para o mundo a curto prazo, e que tende a piorar a longo prazo.

AGORA, COMO PODEMOS FAZER UMA DIFERENÇA POSITIVA?

Há, nesta altura, uma urgência para agir no ecossistema comunicacional e na educação para os média assumida por várias instituições, reguladores e governos internacionais.

Por exemplo, em setembro deste ano, a Organização das Nações Unidas assumiu o compromisso, nas 56 Ações do Pacto para o Futuro, de promover a educação para os média e para a informação nos *curricula* de todos os países. A preocupação é que toda a gente tenha as competências e o conhecimento necessários para interagir de forma segura e crítica com o ecossistema comunicacional, e a resiliência indispensável para lidar com os impactos da desinformação.

Também em setembro, no Brasil, o G20, que reúne os países com as maiores economias do mundo, incluiu no ponto 14 da sua Declaração Final a necessidade de investimento na literacia mediática para fortalecer e apoiar os indivíduos que acedem à informação através das plataformas digitais.

FERNANDA BONACHO E JOÃO ABREU

TITULAR E COTITULAR
CÁTEDRA UNESCO COMUNICAÇÃO, LITERACIA MEDIÁTICA E CIDADANIA

PROFESSORES E INVESTIGADORES ESCS-IPL / LIACOM

À escala nacional, estamos expectantes quanto ao trabalho da Estrutura de Missão #PortugalMediaLab, recentemente criada pelo Governo português.

Esta estrutura é agora responsável pela execução e monitorização das políticas públicas no domínio da comunicação social e, particularmente, por coordenar o Plano Nacional de Literacia Mediática.

Não temos dúvidas de que há muito trabalho a fazer na área da comunicação e da informação.

A economia da atenção é, diariamente e em todo o mundo, disputada pelo ódio proveniente de muitos que já têm poder e voz em sociedade. Mas também por todos os outros que sabem que aquele é um caminho fácil e eficaz para obter visibilidade não só nas plataformas digitais, mas também nos média tradicionais e em todo o espaço público.

A informação também passou a estar demasiado dependente de um sistema estatístico de probabilidades, chamado inteligência artificial (IA). O número de deep fakes continua a multiplicar-se cada vez de forma mais rápida.

Afastado da sua função vital e diferenciadora, o jornalismo parece, por vezes nestes dias, distante das fontes verificadas ou factos contextualizados, que são o garante de uma história verdadeira.

A CÁTEDRA UNESCO COMUNICAÇÃO, LITERACIA MEDIÁTICA E CIDADANIA

Ao aderir ao Programa das Cátedras UNESCO, iniciamos na Escola Superior

de Comunicação Social (ESCS) um projeto coletivo para o desenvolvimento de competências e de investigação, através do intercâmbio e da partilha do saber em prol de um espírito de solidariedade.

Imbuída dos valores e da missão da UNESCO, a Cátedra Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania baseia-se na natureza transversal da Agenda Educação 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das ações da UNESCO de apoio à Literacia Mediática.

A nossa proposta implica reconhecer que os desafios atuais precisam de respostas colaborativas de vários atores: comunidade académica (docentes, funcionários e estudantes), órgãos de comunicação social, reguladores, plataformas digitais, organizações governamentais e não governamentais (ONG), fundações, instituições do setor público e privado, comunidade e sociedade civil.

Ou seja, a complexidade comunicacional e mediática hoje precisa de todos aqueles que estão interessados em contribuir para uma democracia multicultural e multirracional. Queremos investir numa narrativa mediática e jornalística vigilante e consistente sobre os direitos e as experiências de toda a gente.

Assim, assumimos nesta Cátedra uma missão baseada numa cultura de comunicação aberta, inclusiva e apoiada no respeito pelos direitos humanos e pela democracia.

O que também pretendemos é não perder o foco e a noção de que é necessário manter uma escuta ativa e olhar com

atenção para o que, de facto, se passa com as nossas vidas e com aqueles que estão à nossa volta.

A este propósito, Bruno Patino, jornalista e ensaísta, responsável pela digitalização do *Le Monde*, que esteve connosco na 1.ª sessão do nosso recente Clube de Leitura, *Entrelinhas*, lembra, na obra *Submersos* (2024):

A rotina das nossas cabeças baixadas faz-nos esquecer que a economia da atenção, baseada no nosso tempo de presença em frente do ecrã e nas redes, acompanha-se de venenos que lhe são específicos. Afeta a nossa lucidez quanto às consequências sobre o nosso espaço público, o combate que substitui o debate, a polarização que se disfarça de diálogo e a democracia que se torna emocional: uma emocracia.

OBJETIVOS DA CÁTEDRA

Os principais objetivos da Cátedra reconhecem a importância dos valores da UNESCO no desenvolvimento da investigação e da formação.

Assim, pretendemos:

Promover a comunicação e o conhecimento aberto, criando recursos materiais e digitais acessíveis, facilitando o diálogo entre a comunidade académica e a sociedade civil;

Fomentar a literacia mediática como fator determinante das sociedades democráticas;

Capacitar as pessoas para uma experiência digital emancipadora e para uma cidadania ativa;

Cooperar estreitamente com todos os parceiros da Cátedra, outras Cátedras da UNESCO, programas e atividades relevantes na nossa área de intervenção.

A EQUIPA

Um projeto faz-se de pessoas, sempre. A ESCS reúne quase duas centenas de professores, assistentes e colaboradores convidados, especialistas em comunicação e média, muitos ligados ao mercado nacional e internacional. Enraizados no ensino politécnico, a nossa visão e missão assentam na ideia de que a colaboração interdisciplinar entre investigadores, especialistas, profissionais e estudantes é capaz de cocriar, impulsionar soluções criativas de valor acrescentado e transferir conhecimento para a sociedade.

PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho da Cátedra integra quatro dimensões principais, nomeadamente:

- 1. A consolidação dos cursos de formação superior e especializada.**
- 2. O desenvolvimento de projetos de investigação aplicada, centrados na literacia mediática, cidadania e sustentabilidade, integrados no trabalho do nosso novo Laboratório de Investigação Aplicada em**

Comunicação e Média (LIACOM).

3. A promoção de redes, parcerias e internacionalização dos projetos e trabalhos colaborativos.

4. A colaboração com a comunidade e a sociedade civil.

No que diz respeito à formação, falamos dos cursos de licenciatura e mestrado já disponíveis na ESCS, além de pós-graduações e especializações na área da Comunicação, do Jornalismo e dos Média. A ideia de organizar cursos intensivos temáticos ou uma Escola de Verão, em colaboração com os nossos parceiros, está a ser projetada e faz parte das nossas expectativas a curto prazo.

Todos os projetos de investigação abraçados pela Cátedra visam promover a comunicação em prol de sociedades mais informadas, inclusivas, multiculturais e democráticas.

Pretendemos defender a liberdade de expressão, combater o discurso de ódio e a desinformação, e fomentar, particularmente, um pensamento crítico responsável para prevenir o extremismo violento ou a polarização, por exemplo com o trabalho iniciado pela Academia da Leitura do Mundo, financiado pelas Academias Gulbenkian do Conhecimento.

Queremos fortalecer as ações e os projetos em prol de sociedades sustentáveis, reforçando, simultaneamente, os conhecimentos para uma comunicação e ação rigorosas, complexas, interligadas e bem fundamentadas sobre o território, por exemplo, com o nosso projeto transmídia Museu da Paisagem.

Apostámos num projeto além-fronteiras que ligou Lisboa e Oslo através do trabalho colaborativo de estudantes e docentes de jornalismo. Debateremos a importância do jornalismo climático, a sua evolução e prática, centrando-nos nos desafios do tema e as competências que os estudantes de jornalismo devem ter para produzir histórias mais informadas e urgentes quando chegarem às redações.

O volume de dados atualmente disponível exige competências técnicas para que a informação seja trabalhada com rigor. No projeto de um MOOC sobre Jornalismo de Dados, por exemplo, reconhecemos a importância das infografias como ferramentas essenciais para transformar dados complexos em narrativas visuais, claras e pertinentes. Assim, pretendemos contribuir para um melhor entendimento da complexidade das questões sociais, políticas e económicas.

A Cátedra Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania está, neste momento, a fortalecer e dinamizar uma rede de contactos nacionais e internacionais para que os seus projetos possam responder a questões importantes e atuais e ser potenciadores de pontes entre os círculos académicos, os seus parceiros, as comunidades.

Através destas redes pretendemos intensificar a cooperação entre os diferentes territórios e atores na área da comunicação e da literacia mediática, e criar polos de excelência e inovação na área.

RESULTADOS ESPERADOS

Se a literacia mediática é uma disciplina transversal e precisa da colaboração de todos, sabemos que o impacto do trabalho desenvolvido por esta Cátedra UNESCO funciona, em primeira instância, junto dos estudantes e comunidade académica, mas não esquecemos que deve alcançar não só os nossos parceiros como o público geral.

Ao estudar o impacto da digitalização e IA na comunicação, no jornalismo e na sociedade, pretendemos identificar novos modelos de participação cívica e democracia participativa.

A partilha do conhecimento e dos projetos entre investigadores e as comunidades vai permitir fortalecer os cidadãos, a liberdade de expressão e a Paz.

Aqui, acreditamos que cada ser humano possui uma voz e uma dignidade inalienável e que a crueldade nunca é justificável. Uma democracia vigorosa precisa de uma comunicação social responsável e de um jornalismo vigilante e consistente, que proteja os direitos humanos e as experiências de todas as pessoas.

Contamos convosco para fazer a tal diferença positiva, tão necessária nos dias de hoje na comunicação, no jornalismo e nos média.



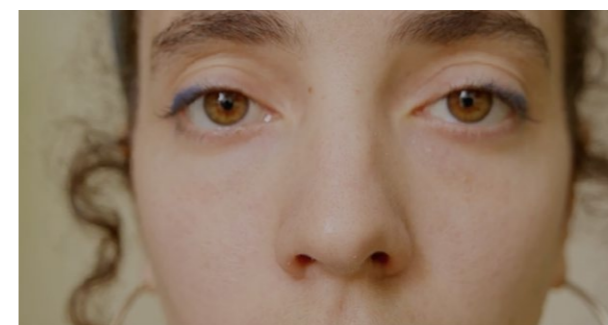
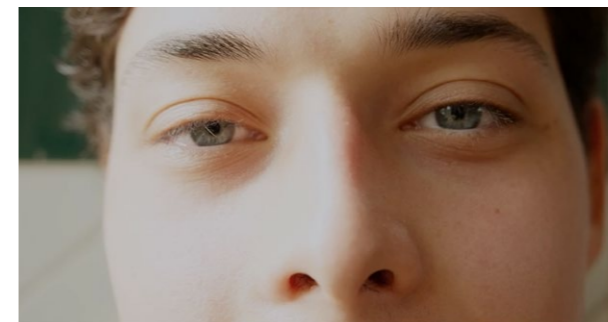
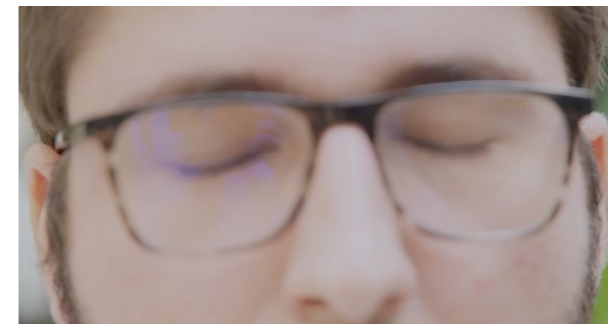
GALERIA MÚSICA NA COMUNIDADE

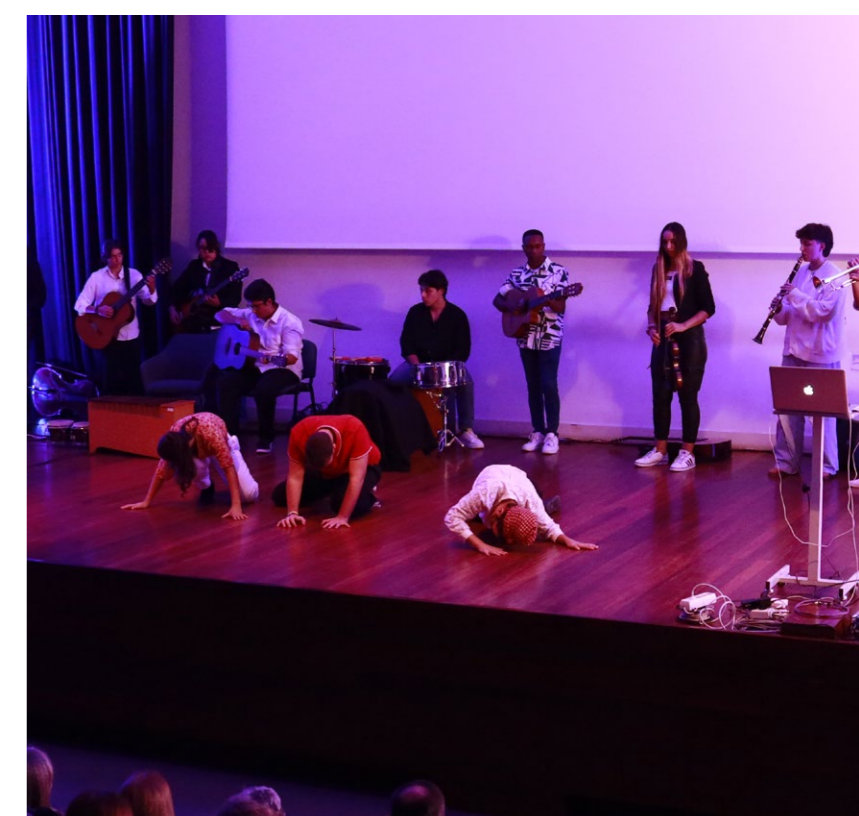
A comunicação vai além das palavras, expressando-se também através da arte e da cultura. Foi nesse espírito que se integrou um momento cultural promovido pelo grupo **Música na Comunidade** – uma parceria entre a Escola Superior de Música de Lisboa (ESML) e a Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx), sob a coordenação do Professor Abel Arez. A apresentação – que incluiu *performance* e *vídeo* – destacou o valor da liberdade, a riqueza da diversidade de expressões que a comunicação pode assumir e como estas contribuem para o diálogo aberto e intercultural.

MÚSICA NA COMUNIDADE



A versão EPUB desta publicação inclui os recursos multimédia da performance 'Música na Comunidade'.





O DESIGN ENQUANTO MEDIADOR CULTURAL

POSFÁCIO

Vivemos num ecossistema mediático em que o acesso alargado ao conhecimento coexiste com uma crescente fragilidade da sua interpretação. A circulação de discursos ambíguos, a sobreposição entre opinião e evidência e a manipulação (deliberada ou não) da informação transformaram a paisagem mediática num território de disputa entre a(s) verdade(s) e a capacidade cognitiva de a(s) reconhecer. Neste contexto, o *design* é menos uma prática de representação visual ou de orientação ao consumidor e mais uma disciplina de mediação – um campo onde se articulam ética, cultura e tecnologia. Afirma-se assim como prática capaz de tornar a informação inteligível, legível e responsável, criando condições para que a comunicação cumpra a sua vocação social, como ambicionaria William Morris, num passado aparentemente distante. Pensar o *design* a partir desta perspectiva é reconhecer-lhe um papel ativo na sustentabilidade do espaço público e na construção de uma cidadania informada: um *design* que participa na produção de sentido, que interpreta e traduz, que torna visível o que de outro modo permaneceria opaco.

É a partir desta compreensão do *design* enquanto mediador cultural que se deve enquadrar a criação deste ebook. O pro-

jeto nasce de um desafio académico e colaborativo que pretende documentar um evento, prolongá-lo no tempo e no espaço digital.

O livro, desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular de Comunicação Gráfica do primeiro ano do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL), orienta-se pelos valores da Cátedra UNESCO Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania. Ao reunir os conteúdos integrais das intervenções e momentos do lançamento da Cátedra, o projeto propôs-se registar, mas também traduzir visualmente a essência dos acontecimentos daquele dia: uma reflexão sobre o papel da comunicação, da tecnologia e da cidadania num ecossistema mediático em constante mutação.

A tarefa envolveu um duplo exercício: compreender o conteúdo e o significado do evento (o lançamento da primeira Cátedra UNESCO em Portugal dedicada à comunicação) e encontrar uma linguagem visual capaz de o comunicar de forma clara e esteticamente apelativa. O projeto final, que agora lemos, selecionado pela comissão de coordenação da Cátedra, advém da primeira experiência em

FILIFE BARROCAS LIMA

MEMBRO DA EQUIPA DE COORDENAÇÃO
CÁTEDRA UNESCO COMUNICAÇÃO, LITERACIA MEDIÁTICA E CIDADANIA

PROFESSOR E INVESTIGADOR ESCS-IPL / LIACOM

design levada a cabo pelos estudantes Gonçalo Conceição, João Delgado, Miguel Vida-Larga e Rafael Almeida, responsáveis pela paginação deste trabalho.



Miguel Vida-Larga, Gonçalo Conceição, João Delgado e Rafael Almeida, Estudantes da Unidade Curricular de Comunicação Gráfica.

MEDIAÇÃO ATRAVÉS DO DESIGN

O processo que conduziu à criação deste livro foi, em si mesmo, um exercício de literacia mediática. Conceber um objeto de comunicação digital implica ser crítico face ao seu contexto, filtrar a informação, hierarquizar-la e traduzi-la em colunas e páginas. As competências mobilizadas pelos estudantes – da leitura dos discursos à seleção da cor, tipografia, organização textual e coerência visual – coincidem com as que a Cátedra propõe desenvolver na sociedade: interpretar, compreender e comunicar com sentido crítico. A aprendizagem técnica, centrada no uso

de um software profissional de paginação, articulou-se com uma reflexão sobre o poder do *design* enquanto mediador do pensamento crítico e da cidadania.

Ao acompanharem as discussões que marcaram a cerimónia de lançamento da Cátedra, os estudantes confrontaram-se com a atualidade e urgência dos temas ali endereçados: a necessidade de uma literacia mediática robusta, a relação entre a tecnologia e o seu utilizador, o papel da academia na construção de uma cidadania informada e responsável. As palavras de Maria Augusta Babo, que defendeu uma visão das tecnologias enquanto mediadores incontornáveis da nossa perceção do mundo, ecoaram particularmente neste processo. Criar um livro digital – um objeto que só existe através da mediação tecnológica – é também uma forma de aceitar esse desafio: o de habitar criticamente as tecnologias, sem as temer.

CIDADANIA, ÉTICA E RESPONSABILIDADE

O evento que deu origem a este livro foi, ele próprio, uma manifestação da interdependência entre comunicação e cidadania. A Cátedra UNESCO Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania nasceu da consciência de que o acesso à informação, por si só, não garante sociedades democráticas e inclusivas. É necessária a capacidade de a interpretar criticamente, de reconhecer as suas fontes, de compreender as suas intencionalidades.

O *design* editorial, entendido como uma prática comunicativa, é também uma forma de cidadania. A cada decisão formal – a escolha de uma grelha, de uma cor, de um ritmo visual – corresponde uma intenção comunicativa, um gesto de mediação entre o texto e o leitor. Ao longo do projeto, foi possível observar como os estudantes tomaram consciência dessa dimensão social (por vezes, ética e política) do *design* multimédia, percebendo que comunicar não é um ato de decoração ou de mera organização, mas sim de criar condições para a compreensão: pela clareza, pela coerência e pela veracidade das representações gráficas.

As intervenções da cerimónia de lançamento da Cátedra trouxeram ainda à discussão o papel da academia enquanto espaço de envolvimento cívico e de extensão do saber. Quando Maria Augusta Babo afirmou que o desafio atual é “envolver os cidadãos como forma de colaboração recíproca”, lançou uma ideia que encontra eco direto neste projeto: o de uma instituição de ensino superior que não se limita a ensinar a técnica, mas que participa ativamente na reflexão sobre o mundo e sobre o lugar da comunicação na sociedade. A criação desta obra é, assim, exemplo de como a prática pedagógica pode converter-se em intervenção pública, transformando o processo educativo num contributo concreto para a disseminação do conhecimento e para o exercício da cidadania.

O caráter colaborativo do projeto reforçou também a dimensão comunitária que

a Cátedra UNESCO pretende promover. Cada grupo de estudantes foi convidado a interpretar o mesmo conjunto de textos e ideias, propondo diferentes soluções visuais e conceptuais. Este exercício coletivo revelou a diversidade de olhares e abordagens possíveis dentro de um mesmo enquadramento temático – um retrato fiel da pluralidade que caracteriza o campo da comunicação. A seleção do projeto final não pretendeu estabelecer uma hierarquia estética, mas reconhecer a proposta que melhor traduziu a identidade da Cátedra e o equilíbrio entre rigor, clareza e sensibilidade visual.

Ao longo de todo o processo, foi visível como o *design* se afirma como linguagem crítica. Muito para além do invólucro que reveste o conteúdo, arriscamos dizer que é o meio que lhe assegura visibilidade e legibilidade. O *ebook*, enquanto formato digital, amplia essa noção de legibilidade, permitindo novas formas de navegação, de acesso e de participação. A materialidade do digital (um conceito, porventura, irónico) é, na verdade, uma das expressões mais concretas da mediação contemporânea: talvez seja, principalmente, através dela que lemos, interpretamos e agimos no mundo atual.

A cerimónia que deu origem a este projeto terminou com um apelo à responsabilidade coletiva na partilha da informação. Fernanda Bonacho e João Abreu enfatizaram o desafio de construir sociedades informadas e inclusivas, capazes de resistir à polarização e ao extremismo.

MEMÓRIA E FUTURO DIGITAL

Ao ser desenvolvido num contexto pedagógico, o desafio de paginar devolveu-nos também um documento sobre o próprio ato de aprender. Nele se cruzam os saberes técnicos e teóricos, a experimentação e a reflexão, o gesto criativo e o rigor intelectual. O projeto demonstra que a literacia mediática é um importante objeto de estudo, mas ainda mais uma importante competência que aqui se manifesta em cada decisão estética, em cada escolha de palavras, em cada relação entre texto e imagem.

Como dizíamos no início, este projeto editorial é o registo de um evento, mas também a sua continuidade. É um exercício de memória e de projeção, um espaço onde a comunicação e a cidadania se encontram com o mesmo propósito: compreender o mundo e participar na sua transformação através do conhecimento. Ao integrar-se no universo digital, o ebook confirma a pertinência das palavras que marcaram o lançamento da Cátedra: as tecnologias são mediadores inevitáveis da nossa perceção – e é na forma como as utilizamos, e no sentido que lhes damos, que reside a verdadeira dimensão da literacia mediática.



Cátedra UNESCO
Comunicação,
Literacia Mediática
e Cidadania



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto ref.º: UI&D: 6303 – Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média.